



Partidos começam a realizar convenções, mas as definições sobre o número dois na chapa presidencial seguem empacadas na maioria das legendas. Até agora, somente o PSol e PSTU decidiram quem serão os candidatos

# Vices ficam para depois

» DEBORAH FORTUNA  
ESPECIAL PARA O CORREIO

Mesmo com o início das convenções partidárias, o posto de candidato a vice-presidente ainda é uma incógnita para a maioria das legendas. As reuniões terminam em 5 de agosto, mas é bem provável que a maioria deixe para indicar a chapa depois desse período. Até agora, apenas dois partidos apresentaram o nome do vice. Os outros esperam ainda ter tempo de formar alianças em troca de cargo e garantir um apoio mais forte em um possível governo.

Das legendas que devem disputar a corrida ao Palácio do Planalto, há apenas dois que, até agora, oficialmente decidiram pela chapa: PSol e PSTU. No último sábado, Sônia Guajajara foi lançada como vice na chapa de Guilherme Boulos (PSol) durante convenção partidária. No segundo caso, o PSTU optou por não fazer coligações ou alianças com outros partidos e lançou Vera Lúcia e Herz Dias para presidência e vice-presidência, respectivamente.

No cenário atual, outros partidos podem escolher as chapas puro-sangue, ou seja, quando os dois cotados são do mesmo partido. Com a dificuldade de fazer alianças, é possível que outros optem pela própria legenda. Uma dessas possibilidades é de Jair Bolsonaro (PSL), que tem dificuldades para emplacar até uma chapa da própria sigla. Após ser recusado pelo senador Magno Malta (PR-ES), e depois de o

Evaristo Sá/AFP



Marina enfrenta dificuldades para atrair outros partidos: presidente do Flamengo é cotado para ser o vice

general Augusto Heleno (PRP) ter sido barrado pelo próprio partido, a tendência era de que a vaga ficasse para a advogada Jaina Paschoal, filiada ao PSL. O problema é que, em discurso na convenção, no último domingo, Paschoal não agradou aos integrantes da legenda.

Porém, de acordo com o coordenador de análise política da consultoria Prospectiva, Thiago

Vidal, uma chapa puro-sangue pode prejudicar ainda mais um partido, já que disputa o Planalto sem alianças fortes. “No caso do Brasil, essa não é só a pior estratégia, como também é, na maioria dos casos, um sintoma do fracasso de negociação”, avaliou.

## Conversas

O presidencialista Ciro Gomes

(PDT) também tem desafios para compor a chapa. Em discurso no dia da convenção partidária, na sexta-feira, Ciro apontou para os partidos de esquerda ao criticar privilégios e tentou trazer para si aliados. Desde o início da pré-campanha, ele tenta conseguir o apoio do PSB, que ainda não decidiu se o apoiará, se escolherá o PT ou se optará pela neutralidade. O pedetista ainda es-

pera a aliança para conseguir montar a chapa. Sem isso, ainda há a possibilidade de que ele vá sozinho para a campanha. “Se Ciro ou Marina fizerem isso, tendem a cair. Ele, um pouco menos, mas Marina com certeza. Se ele consegue o PSB, está bem na ‘fita’. Se não consegue, ainda assim, estaria melhor do que ela, já que o PDT tem uma estrutura maior”, opinou Vidal.

No caso de Marina, a dificuldade ainda é alta para atrair outros partidos. Houve uma especulação sobre um nome fora da política, o presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Mello, mas mesmo com a convenção marcada para 4 de agosto, não há nenhuma estimativa de que a possibilidade possa ser concretizada.

Nesse sentido, quem está melhor é Geraldo Alckmin (PSDB), que conseguiu trazer o centrão — bloco formado por DEM, PP, PRB, PR e Solidariedade — à campanha. O acordo pode trazer o maior tempo de propaganda política entre os candidatos. E enquanto os partidos sofrem pela falta de escolha para vice-presidente, Alckmin tem à disposição cinco legendas com quem poderá compor chapa. “Ele está disparado na frente. As pessoas criticavam Alckmin pelo resultado nas pesquisas, mas quem conseguiu fechar, pelo menos pré-oficialmente, uma base ainda robusta foi ele”, argumentou Vidal. Atualmente, a tendência é de que o partido opte pelo filho do ex-vice-presidente José Alencar, Josué Gomes (leia matéria abaixo).

## Doações a Marina

» ALESSANDRA AZEVEDO

Com direito a apenas 0,62% dos recursos do fundo eleitoral, a pré-candidata da Rede, Marina Silva, recorreu ao financiamento coletivo — mais conhecido como “vaquinha” on-line — para receber doações para a campanha. O modelo escolhido por ela, no entanto, traz um diferencial em relação ao usado por outros presidencialistas: o uso do blockchain. Por esse método, as doações são registradas e criptografadas, e as informações não podem ser alteradas depois, o que evita fraudes e dá mais transparência ao processo.

Até a noite de ontem, Marina havia conseguido R\$ 114.754 de 908 doadores listados no site, na plataforma Voto Legal, desenvolvida pela startup AppCívico. Pelas regras do Tribunal Superior Eleitoral (TST), o valor máximo, por pessoa, é R\$ 1.064.

Com o blockchain, qualquer pessoa pode rastrear com segurança quem são esses doadores e quanto eles investiram na campanha da pré-candidata. Segundo o CEO da AppCívico, Thiago Rondon, outros presidencialistas procuraram a plataforma e alguns ainda cogitam adotá-la. “Candidatos a outros cargos, como governador e senador, também usam a plataforma. Mas, de presidencialista, por enquanto, só Marina”, contou.

# A vez do filho de Alencar

No cenário que começa a se desenhar para a corrida presidencial, o nome do empresário Josué Gomes (PR), também conhecido como Josué Alencar, tem sido cobinado em vários recantos políticos. Filho do ex-vice-presidente José Alencar, ele é estimado pelo PT e, ao mesmo tempo, a principal aposta do adversário PSDB. Apesar das afinidades políticas com o partido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tudo indica que, consolidado o apoio do centrão — grupo de partidos que reúne PR, DEM, Solidariedade, PP e PRB — ao pré-candidato Geraldo Alckmin (PSDB), Josué será mais uma das conquistas do tucano, com quem se encontrou ontem, em São Paulo, para discutir detalhes da possível chapa.

Embora esteja prestes a acei-

tar a vaga de vice-presidente ao lado de Alckmin, o filho de José Alencar mantém conversas com o PT, que ainda tenta puxá-lo para ser vice de Fernando Pimentel na disputa pelo governo de Minas Gerais. Antes de ser preso, Lula cogitava reformular a chapa que o elegeu em 2002, com Josué no lugar de José.

Além de ser um nome que agrada aos dois lados da velha dicotomia PT-PSDB, Josué também chama a atenção de figuras vistas como mais “extremistas”, como Jair Bolsonaro (PSL), que tentou o apoio do PR no início da busca por alianças, e Ciro Gomes (PDT), que tinha ele como uma das primeiras opções de vice quando o pedetista ainda tentava o apoio do Centrão. Decidido a apoiar Alckmin, o grupo se reúne nesta quinta-feira, em Brasília, para formalizar

uma aliança, anunciada na semana passada. A expectativa é de que, no encontro, Josué aceite o convite para ser vice do tucano.

Não é só o parentesco com José Alencar, popular vice de Lula entre 2003 e 2010 e que morreu em 2011, que faz com que Josué seja “a noiva da vez”, nas palavras do cientista político André César, da Hold Assessoria Parlamentar. Outros atributos valorizados são o fato de ele não ter envolvimento político e de não estar ligado a escândalos de corrupção. Aos 54 anos, o empresário, dono da Coteminas, também entra na categoria “jovem” para os padrões da política brasileira, o que é um bônus, explicou o especialista. “Esses pontos são importantes em uma disputa carente de nomes e em meio a uma crise política”, observou César. (AA)

# PSB analisa as opções

» GABRIELA VINHAL  
» DEBORAH FORTUNA  
ESPECIAL PARA O CORREIO

A uma semana da reunião da Executiva Nacional do PSB, o partido pode seguir por quatro caminhos: apoiar o PDT, de Ciro Gomes; o PT; Geraldo Alckmin (PSDB); ou até mesmo seguir com uma candidatura própria. Recentemente, lideranças voltaram a sondar Joaquim Barbosa para sair como cabeça de chapa. No entanto, para pessoas do próprio partido, colocar um nome na disputa à Presidência é “quase impossível”, por estar tão próximo da data da convenção partidária.

Prevista para a próxima segunda-feira, a reunião dos diretores da sigla definirá o futuro do partido. O anúncio será dado, oficialmente, na convenção partidária, em 5 de agosto. Cobinado por todos os pré-candidatos, o PSB, contudo, ainda está dividido. No fim de semana, emissários da legenda tentaram, novamente, conversar com o ex-ministro para sair como candidato. Barbosa chegou a se fi-



**Aliança nacional não determina alianças estaduais. Se o objetivo é aumentar a bancada, a neutralidade é a melhor coisa para o partido, porque vai permitir que cada estado faça suas próprias alianças”**

Sérgio Praça, cientista político

liar ao partido no início deste ano, mas desistiu de concorrer ao Planalto ainda em abril.

Uma pessoa próxima ao partido, no entanto, disse ao Correio que lançar um candidato próprio à Presidência, a essa altura, seria

inviável. Como a divisão dos recursos já foi definida para as candidaturas estaduais e municipais, qualquer mudança afetaria diretamente as campanhas. Refazer os cálculos e enfraquecer a disputa nos estados contrariaria ainda o principal objetivo do partido, que é conquistar cadeiras no Congresso e ganhar força nos governos locais.

Já em conversas avançadas, o PSB discute formar uma coligação com Ciro — há uma agenda programática em torno do PDT que justificaria a aliança. Além disso, dirigentes pedetistas já afirmaram possíveis desistências nas eleições estaduais para apoiar candidatos da sigla.

Para o cientista político Sérgio Praça, o caso do PSB é “particularmente difícil”, pois se trata de uma sigla fragmentada, sem coordenação nacional, que daria autonomia aos estados. “Aliança nacional não determina alianças estaduais. Se o objetivo é aumentar a bancada, a neutralidade é a melhor coisa para o partido, porque vai permitir que cada estado faça suas próprias alianças”, avaliou.

Informe Publicitário

## Nota Pública

### Goiás: Revista mente sobre fiscalização em empresa de transporte

Revista de circulação nacional publicou em seu site no dia 21 de julho, a matéria Testemunha relata corrupção e vira alvo de perseguição estatal. O texto relata uma denúncia apresentada por empresário do setor de transportes, em Goiás, sobre esquema de fraudes na concessão de registros sindicais. A denúncia teria levado a uma investigação que culminou com o indiciamento de políticos do PTB e o afastamento do então ministro do Trabalho. O repórter, em seguida, relaciona a denúncia com a deflagração de uma ação fiscal em empresa com a qual o denunciante mantém parceria, como uma forma de retaliação. Termina a breve matéria com a frase “Não parece coincidência”. A reportagem mente a respeito dos fatos reais. O jornalista não apresenta provas nem ouviu o setor responsável pelas fiscalizações.

Decorrente da matéria publicada, o Setor de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás – SRTb/GO recebeu do Gabinete do Ministro do Trabalho solicitação de esclarecimentos quanto ao episódio.

A chefia esclarece que a fiscalização no setor de transportes em Goiás é prioridade desde 2010, em razão do elevado número de acidentes de trabalho fatais, mutilações e adoecimentos. De 2013 a 2018 foram lavrados 989 autos de infração no setor. Em 2018 foi criado projeto específico denominado “Saúde, Transporte e Setor Público”, coordenado e executado por Auditores-Fiscais do Trabalho, com acompanhamento das chefias. São realizadas ações fiscais diretas e indiretas.

As ações são planejadas com base nos bancos de dados do Ministério do Trabalho – MTB, informações da Polícia Federal, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Seguro DPVAT. As fiscalizações diretas são realizadas em sistema de Blitz, para verificar, principalmente, excesso de jornada e condições de risco grave e iminente para os motoristas.

Nas fiscalizações indiretas, segundo a chefia responsável, o foco tem sido a realização do exame toxicológico, uma exigência da lei. No último ano foram feitas notificações coletivas para empregadores do setor de transporte. Neste ano de 2018 o objetivo é alcançar 150 empregadores em todo o Estado de Goiás, visando o cumprimento da lei para o exame toxicológico e a jornada de trabalho. A empresa em questão está entre as listadas para comparecer às fiscalizações indiretas, ao lado de outros 44 empregadores. As exigências para as 45 empresas são rigorosamente as mesmas, o que pode ser facilmente comprovado por meio de uma breve consulta às empresas fiscalizadas e de uma responsável apuração das informações oficiais envolvendo a ação fiscal.

Um grande evento foi realizado no dia 28 de maio, em Goiânia, com repercussão na mídia local. Foram notificados os 150 empregadores que serão fiscalizados ao longo de 2018, para receber esclarecimentos quanto ao Programa de Controle de Alcool e Drogas, Controle da Jornada de Trabalho e do Controle do Sono e Fadiga. Participaram Auditores-Fiscais do Trabalho do Projeto Transportes e representantes do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, da Justiça do Trabalho e de especialistas em Medicina do Trabalho. Trata-se, portanto, de fiscalização padrão dirigida a empresas do setor de transporte.

A última fiscalização realizada na empresa ocorreu no início de 2018, relacionada ao cumprimento de cotas de aprendizagem, também em ação indireta e coletiva. Foi constatado que a empresa não cumpria as cotas e por isso foi autuada. Há uma ação fiscal em curso, relacionada ao exame toxicológico. Até o momento não foram emitidos autos de infração nessa ação, informa o chefe do Setor de Fiscalização da SRTb/GO.

O Sinait, a Delegacia Sindical de Goiás – DS/GO e a Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Goiás – Afitego repudiam qualquer insinuação de influência política ou retaliação por parte de Auditores-Fiscais do Trabalho. A Inspeção do Trabalho é instituição autônoma e independente, com atribuições definidas em leis nacionais e internacionais, com a missão de verificar e fazer cumprir a legislação trabalhista e de proteção aos trabalhadores. Além disso, a Auditoria-Fiscal do Trabalho não tem qualquer relação com a área de registros sindicais. A isenção e imparcialidade da atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho está fartamente demonstrada pela documentação do setor de fiscalização da SRTb/GO.

O Sinait, a DS/GO e a Afitego solicitam que a Revista faça a devida retificação na informação prestada. Sua reportagem tenta manchar, irresponsavelmente, a reputação da Auditoria-Fiscal do Trabalho e dos Auditores-Fiscais do Trabalho. As entidades sugerem que, antes de publicar matéria que lança acusações, seja feita apuração rigorosa dos fatos. Todas as providências amparadas pela legislação brasileira, administrativas e judiciais, serão adotadas em razão dessa caluniosa e absurda matéria.

**Carlos Fernando da Silva Filho**

Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Sinait

**Olga Maria Valle Carvalho**

Presidente da Delegacia Sindical do Sinait em Goiás – DS/GO

**Rogério Silva Araújo**

Presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Goiás - Afitego